

ITINERÁRIOS FORMATIVOS NA BNCC DO ENSINO MÉDIO E INTERDISCIPLINARIDADE: CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Autor do projeto¹: Gustavo da Silva Costa
Orientadora²: Profa. Dra. Eliane Maria Vani Ortega

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, em geral, a pauta da educação é discutida por especialistas e instituições que a veem como fundamental para a construção de uma sociedade sólida, eficiente, menos desigual, crítica e emancipadora. No entanto, consideramos que a influência do Neoliberalismo progressivo nas entranhas da Educação brasileira não tem permitido êxito no alcance dos princípios enunciados já que “as sociedades de mercado se caracterizam pela escravização de todas as atividades à lógica da valorização do capital, de agora em diante considerado como uma evidência, uma fatalidade, um imperativo [...]” (LAVAL, 2004, 21).

No contexto da Educação Básica, o nível médio tem sido alvo de dúvidas, conflitos quanto aos seus objetivos. Este nível de ensino sofreu e sofre grandes embates no que se refere à qualidade e permanência dos estudantes nas instituições públicas de ensino. Há autores apresentam a ideia de que esta etapa, em suma, não tem interessado os jovens brasileiros do século XXI.

Estar no Ensino Médio, mostra-se cada vez mais uma experiência sem qualquer sentido, salvo o imperativo do diploma desta etapa do ensino para o ingresso em escassas oportunidades do mercado de trabalho ou a conclusão de um período indispensável para se ingressar em um curso superior (OLIVEIRA; TOMAZETTI, 2012, p. 190).

Mas quais seriam os caminhos a serem trilhados? Os problemas enfrentados no nível médio da Educação Básica estariam relacionados aos conflitos que envolvem o objetivo de tal

¹Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, Grupo de Pesquisa "Ensino e Aprendizagem como Objeto da Formação de Professores" (GPEA).

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, Grupo de Pesquisa "Ensino e Aprendizagem como Objeto da Formação de Professores" (GPEA).

nível de ensino, às propostas curriculares elaboradas ao longo do tempo, ou haveria mais questões a considerar?

Temos assistido a partir da década de 90 discussões acerca das questões curriculares e dentro dessas discussões temos acompanhado um processo de reformulações curriculares. Quando nos referimos às discussões acerca das disciplinas nas grades curriculares das instituições de ensino, o assunto gera ainda mais embates no campo teórico, político e epistemológico. Especificamente na área das Ciências Humanas e Sociais é de extrema notoriedade e necessidade refletir sobre o seu real sentido social e as dificuldades na formação concretamente crítica. As ciências Humanas como nos aponta Kuhn (2016, p. 114) “[...] são imprescindíveis à interpretação do mundo que vivemos.” Dessa forma, “assegurar o acesso ao conhecimento no contexto escolar é a forma que temos de empoderar os sujeitos e interrogar crítica e reflexivamente a realidade” (KUHN, 2016, p. 119).

No contexto de pós golpe parlamentar sofrido pela presidente Dilma Rousseff no ano de 2016, imediatamente no ano de 2017 a Lei 13.415 que altera a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 é aprovada no governo de Michel Temer e delibera que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), naquele momento em elaboração, deveria definir os direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio. A referida lei propõe para o Ensino Médio um currículo em duas etapas: a geral comum e a flexível baseada em Itinerários formativos com discurso interdisciplinar.

A BNCC do Ensino Médio, aprovada em 2018 apresenta os Itinerários Formativos como composições de arranjos curriculares a fim de “aprofundar” e “ampliar” em uma ou mais das cinco áreas do conhecimento, que supostamente seriam ofertadas aos estudantes. Dentre as áreas já vigentes, acrescenta-se a área técnica profissional.

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional (LDB, Art. 36; ênfases adicionadas) (BRASIL, 2018, p.468).

Por meio da Resolução CNE/CP nº 4/2018 no dia 17 de dezembro foi homologada a versão final da BNCC do Ensino Médio como um documento normativo da Educação básica brasileira. É inevitável que toda e qualquer política pública possua uma intenção, uma estratégia,

um discurso, um interesse, como nos elucida Mainardes (2006) estruturando-se em Stephen Ball, a política pública educacional faz parte de alguns contextos e um deles é o de influência

[...] Onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. O discurso em formação algumas vezes recebe apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que estão exercendo influência nas arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social (MAINARDES, 2006, p. 51).

De fato, as políticas públicas perpassam por uma lógica reguladora, isto é, são pensadas de forma estratégica micro e macroestrutural influenciada por empresas, ideologias, comissões que caminham intencionalmente na construção de tais políticas. Historicamente, as políticas públicas foram articuladas segundo restritos interesses e

[...] Segundo Deluchey (2006), toda política pública pressupõe alguns elementos: a) um conteúdo, que revela a direção que seus elaboradores quer dar ao objeto da lei; b) um programa, composto de um conjunto de ações, regulamentos e definições de distribuição de recursos; c) uma orientação normativa, revelada pelas escolhas e construções ideológicas que produz um novo olhar sobre o setor de ação governamental ao qual se refere a política pública; d) fatores de coerção, que expressam a autoridade governamental sobre a sociedade; e e) a política é também um espaço de interação social, ou seja, ela se coloca em meio aos conflitos e interesses políticos coletivos e particulares, tornando-se um objeto de discussão e debates que produz consensos ou dissensos (ARAÚJO, 2018, p. 225).

Partindo disso quais são os grupos que estão por trás da legislação educacional no âmbito da Educação Básica com a tramitação da BNCC? Quais os interesses desses grupos/comissões ao proporem um tipo de educação mercadológica empresarial? Vemos a importância de tal estudo já que a maioria dos jovens brasileiros que estão no Ensino Médio, são estudantes da escola pública, dessa forma advém de realidades sociais distintas, são e serão afetados por estas políticas e sofrerão as consequências de uma educação que historicamente é elitista e excludente (SOUZA, 2018).

Como professor das disciplinas de História, Filosofia e Sociologia na rede pública (disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), o autor do presente projeto tem acompanhado a tramitação do projeto do Novo Ensino Médio. Nesse sentido, foi possível analisar que as novas diretrizes curriculares para o Ensino Médio, ao menos no nível dos princípios enunciados, evidenciam as relações com a interdisciplinaridade.

Para Fazenda (2011, p. 74), a interdisciplinaridade é uma condição necessária na educação. Desta forma, vale a pena analisar a utilização deste conceito complexo no interior do Currículo do “Novo” Ensino Médio.

Quais seriam os supostos caminhos a se percorrer quando pensamos a interdisciplinaridade de fato e os itinerários formativos? Ensinar as disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, isto é, Geografia, Filosofia, História e Sociologia não é uma tarefa elementar, podendo assumir um papel insignificante na vida dos alunos se forem trabalhadas de forma superficial na escola. Porém se trabalhadas de modo integral e consciente, pode assumir um papel definitivo nos rumos da sociedade.

Deste modo, tem-se como objetivo geral identificar as características dos Itinerários Formativos propostos pela BNCC do Ensino Médio e as relações com a interdisciplinaridade na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente projeto constitui-se como um estudo descritivo analítico e tem em vista a utilização da abordagem de natureza qualitativa que se dará por meio da revisão de literatura, isto é, autoras e autores que pensam criticamente a construção da BNCC, o Novo Ensino Médio e a Interdisciplinaridade presente nos Itinerários Formativos.

Soma-se a pesquisa bibliográfica, o procedimento de análise de documentos oficiais referentes à Educação Nacional de Nível Médio, para isto analisaremos a BNCC e a Lei 13.415/2017.

Para dar consistência à presente investigação, aplicaremos um questionário com questões abertas e fechadas em três escolas da Diretoria regional de presidente Prudente/SP. Para tanto, submeteremos este projeto ao comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Tecnologia-UNESP, campus de Presidente Prudente/SP a fim de ter respaldo legal para a pesquisa que será realizada com professores que atuam na área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas de duas escolas da rede estadual pertencentes à Diretoria de Ensino da Região de Presidente Prudente. O critério de escolha das escolas será em sua geolocalização, uma localizada no centro da cidade e outra localizada na periferia.

Palavras-chave: Ensino Médio; Itinerários Formativos; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. L. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DO GOVERNO TEMER, A EDUCAÇÃO BÁSICA MÍNIMA E O CERCO AO FUTURO DOS JOVENS POBRES. **HOLOS**, [S.l.], v. 8, p. 219-232, dez. 2018. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065> . Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 04 jun. 2021.

FAZENDA, I. C. A. **integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: Efetividade ou ideologia**. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2011.

KUHN, M. O currículo das Ciências Humanas no Ensino Médio: desafios e possibilidades. **Currículo sem Fronteiras**. Rio Grande do Sul, v. 16, n. 1, p. 113-138, jan./abr. 2016.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina/PR: Editora Planta, 2004.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de Políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, A. M; TOMAZETTI, E. M. Quando a sociedade de consumidores vai à escola: um ensaio sobre a condição juvenil no Ensino Médio. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 44, p. 181-200, abr./jun. 2012.

SOUZA, E. A. M. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: O elitismo e exclusão social no ensino. **Caderno de pedagogia**. São Carlos, V. 12,12 n., p. 15 - 33, Jul/dez 2018.